

## **MANIFESTO A FAVOR DA JUSTIÇA, DA IGUALDADE E DOS DIREITOS HUMANOS.**

O Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação (LaPEADE), junto com pesquisadores de 29 universidades, nacionais e internacionais, do Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica (OIIIPe) vêm, por meio deste Manifesto, se posicionar a respeito da situação do Brasil atual. Para tanto, optamos por levar a público o que nossas pesquisas apontam como perdas significativas.

Em primeiro lugar, o Judiciário, aquele poder em que mais o povo deveria sentir-se seguro e capaz de confiar, e com ele a Justiça, mostra-se cooptado e cometendo atos cujos pesos e medidas, além de não serem transparentes, mais prejudicam do que fortalecem nossas instituições e nosso povo. Com isto, nosso reconhecimento enquanto nação de um povo justo, socialmente equilibrado e produtor de conhecimento tanto quanto qualquer outro país, arrefece em direção a um não reconhecimento rápido e doloroso a cada dia, perante as Nações democráticas.

Em segundo lugar, a Igualdade, valor que nos é caríssimo, tem sido cada vez mais ressignificado para o de equidade, nomenclatura oficial atualmente adotada por Organismos Internacionais e presentes nas políticas públicas de ~~muitos~~ outros tantos países, inclusive o nosso. Esta nomenclatura, no entanto, tem vindo fortemente atrelada ao conceito de qualidade, o qual, por sua vez, sempre – ou quase sempre – vem acompanhado da ideia de que tudo tem que ser conforme as possibilidades financeiras dos países – as quais, em última instância, são reguladas pelo Mercado.

Em terceiro lugar, decorrente, em parte, das duas primeiras colocações - mas também de muitas outras que não teremos tempo de aprofundar neste manifesto - um país sem Justiça e sem Igualdade como princípio entre nosso povo, não pode mais se dizer seguidor da ideia de Direitos Humanos (DH). Os DH demandam atenção cotidiana, avanços; tempo e, acima de tudo, compromisso sério, discursos coerentes e muita, honestidade.

Resta-nos o pesar de aqui manifestar nosso repúdio à classe política e magistrada que, a despeito de terem, um dia, jurado sobre nossa preciosa Constituição, rasgam-na agora, concreta e simbolicamente, ameaçando nosso futuro e nosso destino como nação.

Conclamamos os que nos leem a pensarem ações, a proporem concreta e urgentemente, formas de cuidarmos e garantirmos que nossa sociedade não seja vítima de decisões político-econômicas equivocadas, frontalmente contrárias às necessidades históricas do nosso povo brasileiro que, não obstante uma história de colonização e massacres, ainda busca cumprir a máxima de seu Hino: “VERÁS QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE À LUTA”